

Capítulo 2

Ética e cidadania no mundo do trabalho

- O que tem a ver direitos humanos com cidadania?
- Todo mundo é igualmente cidadão?
- Políticos, religiosos, estudantes, artistas, trabalhadores os mais variados... todos falam em cidadania. Eles estão falando de uma mesma coisa?
- Ser ético é ser cidadão? Ser cidadão é ser ético?
- Cidadania é algo que se ganha, que se herda ou que se conquista?
- Há diferentes graus de cidadania?
- A cidadania plena existe de alguma forma, em algum lugar?

Antes de discutir o significado de cidadania, vamos refletir sobre os preâmbulos desse conceito utilizando um exemplo que nos possibilita entender os dilemas inerentes à ética profissional e à responsabilidade social.

2.1 Ética profissional e ética da responsabilidade

Um profissional apropriou-se indevidamente de recursos financeiros da organização, na qual exerce um cargo importante. Ao ser constatado o desvio de verba, o “criminoso” passa a ser procurado. Algumas pessoas sabem que é ele o autor do crime, outras têm pistas que indicam que talvez seja ele, e algumas não têm ideia de quem possa ser.

Entre essas pessoas, uma é a psicoterapeuta que o atende, outra, o padre da igreja que ele frequenta e a quem ele se confessa. Ambos o ouviram e, pelo código de suas profissões, devem manter sigilo. Seu advogado para assuntos pessoais, que também é advogado da organização onde ele trabalha, desconfiou, interrogou-o e ele confirmou ter sido o responsável, mostrando, contudo, que desviou

Figura 2.1



o dinheiro por estar sendo chantageado. Essa situação deixou o advogado diante de um dilema: revelar ou não o que sabia a respeito do desvio de verba?

Um repórter está investigando o caso e conhece fatos que podem compromê-lo, mas não tem certeza de que é ele o culpado. Se não for, o jornalista e o jornal poderão sofrer processo por danos morais se divulgarem a notícia.

Os membros do seu partido político, do qual é um dos líderes, receiam um escândalo que possa comprometer a imagem de todos. Estão sendo procurados pela imprensa para dar entrevistas, mas sabem que suas declarações poderão ser veiculadas de forma manipulada. Por isso, negam-se a falar a respeito.

A cúpula da administração teme a repercussão negativa que o “golpe” possa provocar na opinião pública, entre seus clientes e entre os concorrentes. Sob o ângulo da relação custo-benefício, não sabe o que seria melhor: levar adiante um processo ou abafar o caso.

Nessa situação-problema, de interesses diversos e muitos até antagônicos, as questões relativas não só à *ética profissional* como também à *ética da responsabilidade* estão presentes. O que fazer? Se nos colocarmos no lugar de cada uma das pessoas envolvidas, teremos ideia da importância e da dimensão dos dilemas éticos com os quais podemos nos confrontar em nossa vida profissional. Por isso, o julgamento sobre se a atitude de cada uma dessas pessoas seria ética ou não é extremamente delicado e exige muita prudência de quem vai formular o “veredicto final”.

Como se não bastasse o risco de elaborarmos julgamentos precipitados e injustos sobre a participação individual das pessoas envolvidas em um caso aparentemente incorreto, muitas vezes nossos julgamentos recaem sobre segmentos inteiros de uma sociedade, como instituições, organismos, empresas, profissões etc. No entanto, é preciso lembrar que em todos os setores da vida social há pessoas que são éticas e outras que não são. Por isso, toda generalização implica injustiça ou impropriedade em relação a muitos indivíduos, seja ela negativa ou positiva.

Alguns motivos explicam por que as pessoas caem no caminho perigoso da generalização, ao julgar todo um grupo tomando-se como referência a atitude de alguns de seus membros que agem de forma antiética. Os motivos dessa generalização podem estar relacionados ao fato de que os membros do grupo que agiram de forma errada fazem parte de uma parcela:

- quantitativamente muito expressiva, ou seja, um percentual muito grande de membros do grupo age incorretamente;
- qualitativamente mais destacada do que as outras, como a cúpula dirigente, a liderança, ou o grupo mais notável;
- que é alvo de interesse maior dos meios de comunicação, por alguma razão;
- que se projetou mais, por causa de algumas experiências negativas ocorridas com ela;
- que praticou ações de maior repercussão, pois acabaram afetando um número muito grande de pessoas.



REPRODUÇÃO

O filósofo político francês Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu (1689-1755), foi o autor de teorias que exerceram profunda influência no pensamento político moderno. Elas inspiraram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada em 1789, durante a Revolução Francesa, e a Constituição dos Estados Unidos, de 1787, que substituiu a monarquia constitucional pelo presidencialismo.

Estado é a nação politicamente organizada, ou a sociedade política constituída segundo determinadas normas jurídicas, num território definido, sob a direção de um governo independente e com a finalidade de realizar o bem comum. Estado não é a mesma coisa que governo, embora muitas vezes os termos sejam usados um pelo outro. Governo é o órgão que exerce o poder no Estado. No regime democrático, ele é constituído pelos três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Os governos se revezam periodicamente. O Estado permanece e só pode ser mudado por alterações estruturais profundas, a serem consignadas na sua Carta Constitucional.

Também por causa desses motivos é que, quando participamos de um grupo, temos duas grandes responsabilidades em relação aos seus membros: a de não mancharmos sua imagem com algum comportamento reprovável e a de estarmos sempre atentos para que os demais também não o façam.

Transcrevemos a seguir um pensamento de Montesquieu, citado no livro *Ética para meu filho* (SAVATER, 1993, p. 169).

Se eu soubesse algo que me fosse útil e que fosse prejudicial à minha família, expulsá-lo-ia de meu espírito. Se eu soubesse algo útil à minha família que não o fosse à minha pátria, tentaria esquecê-lo. Se eu soubesse algo útil à minha pátria que fosse prejudicial à Europa, ou que fosse útil à Europa e prejudicial ao gênero humano, considerá-lo-ia um crime, pois sou necessariamente homem, ao passo que sou francês por mera casualidade. (Montesquieu)

PROPOSTA DE ATIVIDADE I

Reflexão e discussão em grupos e depois em plenária, sobre as seguintes questões:

1. No exemplo exposto, como você julgaria, segundo os ditames da ética profissional, a atitude do funcionário que se apropriou indevidamente dos recursos financeiros da empresa?
2. Que noção de cidadania você tiraria do pensamento de Montesquieu exposto acima? Anote as conclusões da plenária em seu caderno de atividades, pois elas serão retomadas em outra dinâmica de grupo neste mesmo capítulo.

2.2 Em busca do conceito de cidadania

É difícil encontrar um conceito de cidadania suficientemente abrangente que seja aplicável a qualquer lugar, situação ou momento. Primeiro porque, como acontece com outros conceitos ligados à evolução das sociedades humanas, ele é uma construção histórica, ou seja, modifica-se por influência das transformações da história humana.

Além disso, ele reflete o ponto de vista e a condição social de quem o utiliza. Isso porque o conceito de cidadania depende ainda do jogo de interesses de segmentos sociais diferentes e dos conflitos entre os que estão no poder e os que estão fora dele.

Vamos partir de um ponto comum de referência para chegarmos à definição adotada hoje pela maioria dos países.

Todos nós temos direitos humanos universais, que devem ser respeitados em qualquer lugar do mundo, independentemente da nossa nacionalidade. Os que estão relacionados à nacionalidade são os *direitos de cidadania*. Ou seja, a *cidadania é uma ligação jurídico-política que o indivíduo tem com o Estado, a que pertence e que lhe garante direitos e lhe impõe obrigações*. Seus direitos são os de

decidir e influir sobre os destinos do Estado e o de ter a sua condição humana garantida e protegida por ele. Suas obrigações são permitir e cuidar para que todos obedeçam às regras estabelecidas, de forma que a vida em comum transcorra em harmonia e respeito e que os interesses coletivos sempre predominem sobre os particulares.

Por isso, ser cidadão supõe desenvolver atitudes, assumir padrões de comportamento e adquirir hábitos que favoreçam o bom convívio com os demais e também que suas ações sejam pautadas pela *ética do cuidado, do zelo pelo bem comum e do respeito pela coisa pública*. Ou seja, aquele contínuo estado de alerta, de observação cuidadosa em relação à segurança, à dignidade e ao bem-estar do outro e que nos leva a sempre respeitá-lo e a nos colocar de seu lado e defendê-lo quando alguém não o respeitar. Por essas razões, é nosso dever apoiar e estimular a extensão dos direitos de cidadania a todos, assumir responsabilidades coletivas e pressionar organizações e instituições que podem promover a melhoria das nossas condições de vida.

2.2.1 Cidadania planetária

Na atualidade, amplia-se o conceito de cidadania, ultrapassando a responsabilidade social no âmbito de um Estado, para o conceito de cidadania planetária. Edgar Morin, no capítulo dedicado à Ética planetária, que integra o seu *Método 6 – Ética*, apresenta este pensamento de V. Verdnadski (filósofo e cientista político ucraniano):

Pela primeira vez, o ser humano realmente compreendeu que ele é um habitante do planeta e, talvez, deva pensar ou agir segundo um novo prisma, não apenas sob o ponto de vista individual, familiar ou de gênero, estatal ou de grupos de Estados, mas também sob o prisma planetário (VERDNADSKI *apud* MORIN, 2005, p. 162).



© JOHAN SWANEPOEL/SHUTTERSTOCK

Figura 2.2

A cidadania planetária exige a “intersolidariedade” objetiva da humanidade. Nesse sentido, há uma relação global na qual o destino do planeta “sobredetermina” os destinos singulares das nações. A vida de uma nação, dos seus indivíduos e sociedades está indissolivelmente vinculada à vida de todo o planeta. “Como consequência, ocorre romper com o fechamento da ética às comunidades nacionais e pensar numa ética da comunidade humana que respeite as éticas nacionais e as integre” (MORIN, 2005, p. 163).

2.2.2 Cidadania: uma longa história de lutas, derrotas e conquistas

Por muito tempo e num passado não tão remoto, nem todos os seres humanos eram considerados e tratados como humanos por seus iguais. Conforme a época e o lugar, a desigualdade se manifestou de diferentes maneiras, ditada pelo gênero, cor, idade, origem familiar, condição econômica e outros motivos.

A ampliação do conceito de cidadania se processou por um longo caminho de conquistas, principalmente a partir das revoluções sociais dos séculos XVII (a Revolução Gloriosa, inglesa) e XVIII (a Revolução Francesa e a Independência dos EUA), cujas influências foram irradiadas para todo o mundo, reformulando a lista de direitos e deveres dos cidadãos, segundo o ponto de vista e interesse dos vitoriosos. Algumas dessas listas ou declarações constituem a origem da ideia de cidadania que temos ainda hoje, como a *Carta de Direitos Inglesa* (1689), a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776), a *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) e a **Declaração Universal dos Direitos do Homem** da ONU (1948).

As grandes transformações na nossa vida e na vida do planeta nos últimos 50 anos imprimiram maior visibilidade aos direitos humanos e à cidadania. Eles passaram a ser mais discutidos e, em consequência, ampliaram-se.

Entre essas transformações, destacam-se:

- as novas necessidades e possibilidades que foram incorporadas ao nosso cotidiano, como acesso à escolaridade, à informação, ao emprego, aos progressos da medicina e aos meios de locomoção mais rápidos;
- a ampliação de nossa visão de mundo, decorrente do maior acesso à informação, por meio de diferentes mídias, e da possibilidade de viajar a lugares mais distantes e em menor tempo (ainda que virtualmente);
- a progressiva transformação da natureza pelo ser humano, devido a descobertas científicas, à exploração de novas matérias-primas, às obras de engenharia, ao desenvolvimento do turismo até lugares antes preservados e até há pouco intocáveis, entre outros motivos;
- a luta, por meio dos diversos movimentos sociais, de pessoas que foram ou ainda são excluídas da cidadania plena;
- a exposição maior do indivíduo, com relação à sua identidade e privacidade, devido aos meios de comunicação e técnicas de informação que podem construir e destruir sua imagem pessoal.

A Declaração da ONU é bastante conhecida. Ela expressa, entre outras coisas e de forma inequívoca, que todos os homens nascem livres e iguais e têm direitos: à vida; à liberdade (incluindo a de pensamento, opinião, expressão, reunião, associação e participação política); à segurança; a uma vida digna, mesmo quando desempregado; à instrução e à participação na vida cultural da humanidade.



Figura 2.3

Subcidadania: a persistência da desigualdade

Os direitos de cidadania que temos hoje foram conquistados durante um longo processo histórico. Ainda assim, alguns deles não são oficialmente estendidos a todos ou, quando são, permanecem mais como possibilidade do que como realidade. Algumas leis que garantem direitos são muito genéricas, o que permite múltiplas leituras e interpretações.

Com isso, na prática, elas propiciam privilégios, exclusões e discriminações. Muitas vezes também as discriminações são tão sutis e camufladas que não chegam a ser percebidas por todos. Por esse motivo, não provocam reação e consequente adoção de medidas legais para reprimi-las.

As violências cometidas contra alguns cidadãos, ainda hoje, têm provocado novos debates e novos movimentos de luta pela cidadania. São violências contra pessoas com algum tipo de deficiência ou doença, contra indivíduos que não se enquadram nos padrões físicos estabelecidos como ideais, idosos, moradores de rua, homossexuais, negros, índios, algumas nacionalidades e até mesmo contra o meio (crimes ambientais).

Por isso, apesar dos avanços conseguidos nos últimos anos, muita gente ainda é cidadão apenas no papel, com direitos teoricamente garantidos, mas vivendo, na prática, como *subcidadãos*. Mas as obrigações da cidadania são exigidas de todos, independentemente das oportunidades que tiveram ou de sofrerem algum tipo de exclusão social.

2.2.3 A luta continua

As transformações econômicas e sociais advindas do desenvolvimento científico e tecnológico têm influência sobre os valores e as condições de vida das pessoas, resultando no crescimento e na diversificação de suas demandas, exigências, aspirações, obrigações e oportunidades.

O resultado é que muitas coisas que antes eram luxo e supérfluas, hoje se transformaram em necessidade, real ou produzida pela propaganda e *marketing*. O que era apenas uma condição favorável, uma facilidade, um conforto ou atributo a mais, hoje se tornou uma exigência. O que era apenas uma forma de prevenção, hoje é condição de sobrevivência.

Um exemplo é o telefone, que, no Brasil, durante muito tempo, foi privilégio de poucos mais abastados e, hoje, é um serviço que se estendeu a quase todos, principalmente na forma do celular. Este último tem sido ainda mais útil e necessário por nos permitir fazer ou receber chamadas onde estivermos, o que nos proporciona maior liberdade de ação, comodidade e segurança.

Outra mudança notável é que muitos bens e serviços que antes poderiam ser obtidos com esforços individuais, familiares ou de pequenos grupos, hoje exigem mais capital, tecnologia cara, muita mão de obra e conhecimento especializado. Precisamos, por exemplo, de escolas, hospitais, estradas, transportes, áreas de lazer, ruas asfaltadas, água encanada e tratada, rede de esgoto, fornecimento de energia elétrica, policiamento, centros de arte e cultura e proteção ambiental. São bens e serviços que só podem ser oferecidos adequadamente por empresas privadas ou públicas, não individualmente.

Pela pressão política e social, o Estado foi forçado a assumir diversas funções que não eram atribuições suas no passado e é exercício de *cidadania ativa* exigir que ele as cumpra, como, só para citar as mais atuais, o acesso à educação desde o ensino fundamental ao superior e aos meios e ferramentas para a inclusão digital. Em muitos casos, quando o Estado não cumpre seu papel, isso reforça as desigualdades sociais: enquanto pessoas de classes mais abastadas têm recursos próprios para suprir as demandas não atendidas pelo Estado, outras, mais pobres, não têm.

Além disso, toda a riqueza de um país é produzida coletivamente pelos cidadãos, com o seu trabalho e o pagamento dos impostos. Portanto, é dever do Estado administrar de forma justa essa riqueza, de modo que ela volte para cada um de nós na forma de bens e serviços de que necessitamos. Se isso não acontece, é porque não existe uma verdadeira democracia social e, conseqüentemente, o país não oferece condições de cidadania plena a seus habitantes.

2.2.4 Cidadania organizacional: um compromisso individual ou coletivo?

Em muitas situações, a ética e a cidadania são comprometidas pela atitude de um indivíduo, embora não seja ele o único responsável por isso. Nesses casos, por incompetência, irresponsabilidade, ignorância, displicência, desonestidade ou omissão, são os comportamentos e ações de **organizações** dos mais variados tipos e dos próprios governantes que colaboraram para isso, ou foram os principais responsáveis para que isso ocorresse.

Vamos exemplificar essa questão com um caso. Cinco bebês morreram vítimas de um erro da auxiliar de enfermagem de um posto de saúde municipal, que, em vez da vacina tríplice (contra coqueluche, tétano e difteria), aplicou neles

“Uma organização é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa. Uma grande empresa, um laboratório ou o corpo de bombeiros, um hospital ou uma escola são todos exemplos de organização” (MAXIMIANO, 1992).



Figura 2.4

A qualidade da formação profissional é essencial.

insulina. A auxiliar de enfermagem foi descuidada, desatenciosa, irresponsável e, por isso, deve ser julgada como a única causadora dessa desgraça?

A pergunta implica muitos questionamentos.

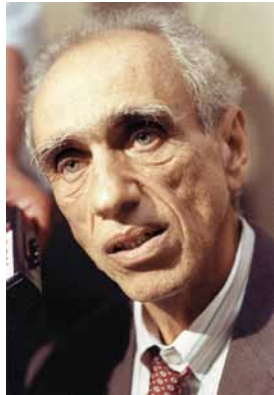
Será que ela recebeu formação profissional eficiente?

- A instituição educacional que a habilitou ofereceu a ela um bom curso e fez corretamente a avaliação de suas competências? E o posto de saúde?
- Que critérios o posto de saúde utilizou para contratá-la?
- Ela ocupava a função que realmente lhe competia?
- Os medicamentos estavam nos lugares certos e organizados e catalogados para que não houvesse possibilidade de serem confundidos?
- E em que condições ela praticava seu trabalho?
- Tinha os recursos e as informações necessárias para exercer aquela função?

Outras perguntas também devem ser feitas quanto às implicações do governo, responsável pelo funcionamento do posto de saúde e do qual ela era funcionária. Ele não teve nenhuma influência no caso? Não estaria a funcionária com acúmulo de trabalho? Será que ela, devido a um salário baixo, estaria estressada por ter que fazer horas extras e dar conta de mais de um emprego?

Essas perguntas revelam que nossa qualidade de vida e nosso desempenho como cidadãos, pessoas e profissionais também dependem de como as diferentes organizações atuam ao nos atender ou deixar de fazê-lo. No caso relatado, todos os motivos supostos para explicar o erro da auxiliar de enfermagem estão direta ou indiretamente relacionados com o Estado, com a política e com a cidadania organizacional, como:

Figura 2.5



© OTAVIO DIAS DE OLIVEIRA/FOLHAPRESS

O sociólogo **Herbert de Souza (1935-1997)** participou da luta pelas “reformas de base” (agrária, urbana, universitária) e dos movimentos operários brasileiros. Trabalhou para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) da ONU, foi exilado pela ditadura militar de 1964 e, durante o período do seu exílio, viveu em vários países, atuando como assessor, consultor e professor. Com a Anistia, voltou ao Brasil em 1979. Tornou-se conhecido por batalhar pelo direito à vida e à dignidade dos portadores do HIV/AIDS, tendo liderado, na década de 1990, o Movimento pela Ética na Política e a Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida. Além de símbolo da resistência à ditadura e da luta contra a desigualdade social e a AIDS, tornou-se, por suas ações e posturas, também um símbolo de cidadania.



© FOTORENA/CONLATINCONTENT/GETTY IMAGES

- a qualidade do ensino oferecido pelas escolas;
- a responsabilidade dos órgãos certificadores de competência profissional;
- a gestão administrativa das instituições públicas ou privadas;
- a política de saúde e a política salarial do governo;
- a política de administração, controle e acompanhamento de recursos humanos no posto de saúde.

Isso também nos leva a concluir que toda a nossa vida social está impregnada de políticas diversas (governamentais, institucionais e empresariais) e que, por isso, não apenas somos atingidos por situações e ações políticas como também atuamos politicamente o tempo todo.

Atuamos deliberada e ativamente, participando de manifestações, militando em algum partido, votando, nos candidatando a cargos políticos e denunciando descasos quanto ao atendimento das necessidades da população. Também atuamos involuntária e passivamente, quando nos omitimos, quando ignoramos o que se passa em nossa volta, afirmando que política é só para quem gosta.

No entanto, é importante percebermos que não são apenas os indivíduos isoladamente que precisam atuar na sociedade guiando-se pelos princípios da cidadania. As organizações também precisam ser cidadãs.

Em resumo, a cidadania organizacional é também essencial para o bem-estar e a dignidade de todos. O poder exercido sem ética violenta os direitos de cidadania.

Pessoas e organizações que não primam pela ética e não se consideram comprometidas com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, conscientemente ou não, voluntariamente ou não, acabam, de uma ou outra forma, sendo responsáveis por perdas e danos sofridos pela sociedade.

A cidadania implica o reconhecimento de que dificilmente é possível, nem sempre é justo e, raramente, vale a pena a gente “melhorar de vida” sem melhorar a vida. Por isso, cabe aqui uma citação do grande cidadão brasileiro que foi **Herbert de Souza**, o Betinho:

Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência de cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação (SOUZA, Herbert de. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994).

PROPOSTA DE ATIVIDADE 2

1. Destaque os principais aspectos de cidadania expostos no texto, tendo em vista suas próprias experiências. Em seguida, em grupos, troquem ideias para notar as diferenças e as semelhanças entre os vários destaques. Levem os resultados para a plenária, buscando um possível consenso sobre o sentido de cidadania. Comparem a conclusão a que chegaram com a noção preliminar de cidadania, que resultou da Atividade 1 deste capítulo, e notem a evolução do conhecimento que adquiriram mediante o estudo do texto.
2. Quais são os principais indícios de subcidadania que você nota no cotidiano? Com base na exposição e no debate em classe desses indícios, elaborem um relatório conjunto apontando possíveis medidas a serem tomadas para superá-los e indicando a quem caberia executá-las. Não se esqueça de anotar as conclusões da plenária em seu caderno de atividades.

2.3 Mundo do trabalho e cidadania organizacional

O ser humano não nasceu preparado para seguir normas de convivência e sobreviver em uma sociedade tão complexa quanto a nossa. Para estabelecer relações sociais e subsistir em nosso meio, precisamos de quem cuide de nós e nos eduque, transmitindo-nos as características e valores culturais da sociedade a que pertencemos.

O processo de socialização começa logo depois do nascimento e segue um longo caminho. Nessa jornada, cada um de nós precisa absorver conhecimentos e desenvolver habilidades, além de conhecer e utilizar linguagens. Precisa também aprender a desempenhar papéis sociais e a reconhecer a importância de contribuir com a coletividade. Essa contribuição pode ser feita de várias maneiras: quando, por exemplo, produzimos alguma coisa ou prestamos serviços, conservamos ou alteramos valores, reproduzimos ou inovamos técnicas, defendemos a estrutura da dinâmica social ou atuamos para alterá-la.

O trabalho é uma dessas contribuições. Ele é necessário para garantir nossa sobrevivência e, para executá-lo, mobilizamos nosso físico, nossa razão e nossa vontade, utilizando para isso tanto os recursos naturais quanto elementos culturais. Sem os produtos do trabalho não há sobrevivência humana, cultura, organização social, civilização e história. Em outras palavras, cada pessoa que nasce só alcança a plenitude de sua condição humana se for cuidado e educado por outros, o que significa muito mais do que o cuidado que os outros animais têm com suas crias por certo tempo. Além disso, durante toda a nossa vida, precisamos do nosso trabalho e do trabalho dos outros para a produção de bens e serviços que são demandados pelo viver e pelo conviver em sociedade.

Figura 2.6

Bertolt Brecht



Em nosso dia a dia, contamos com o trabalho de muitas pessoas para garantir nossa alimentação, higiene, locomoção, lazer, segurança. Nem sempre todo o trabalho contido em um objeto ou serviço é evidente. Algumas etapas costumam ser esquecidas, ou não são conhecidas. Isso porque nem todo trabalho é igualmente reconhecido e valorizado. Alguns podem permanecer ocultos, ofuscados por outros, que são supervalorizados em determinado momento histórico. O dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956) aborda essa questão no poema *Perguntas de um trabalhador que lê*. Entre outras coisas, ele questiona:

“Quem construiu a Tebas de sete portas? Nos livros estão nomes de reis. Arrastaram eles os blocos de pedra? [...] A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu?”

Perguntas de um trabalhador que lê

Quem construiu a Tebas de sete portas?
 Nos livros estão os nomes de reis.
 Arrastaram eles os blocos de pedras?
 E a Babilônia várias vezes destruída –
 Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
 Da Lima dourada moravam os construtores?
 Para onde foram os pedreiros,
 na noite em que a muralha da China ficou pronta?
 A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
 Quem os ergueu? Sobre quem
 Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio

Tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo
 na lendária Atlântida
 Os que se afogavam gritavam por seus escravos
 Na noite em que o mar a tragou.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
 Sozinho?
 César bateu os gauleses.
 Não levava sequer um cozinheiro?
 Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada
 Naufragou. Ninguém mais chorou?
 Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
 Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.
 Quem cozinhava o banquete?
 A cada dez anos um grande homem.
 Quem pagava a conta?

Tantas histórias.
 Tantas questões

(BRECHT, B. *Poemas 1913–1956*. Seleção, tradução e posfácio de Paulo César Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.)

Nos documentos relativos a monumentos históricos não há registro dos nomes de todos os trabalhadores que os construíram. Apenas os dos governantes e ocasionalmente dos chamados trabalhadores intelectuais e/ou administrativos.

No Brasil, um questionamento do tipo feito por Brecht, no poema citado, pode ser encontrado, em linguagem mais direta e explícita, na letra da música *Trabalhadores do Metrô*, composição de R. M. Santos e Walter Marques, interpretada pelo cantor Xangai no álbum *Dos Labutos*, em 2005.

2.3.1 Trabalhar para quê?

No capítulo “Trabalhar para quê?”, do livro *Trabalho em debate*, organizado por Márcia Kupstas, a filósofa brasileira Maria Lucia de Arruda Aranha assim destaca a importância do trabalho:

[...] podemos dizer que “o homem se faz pelo trabalho”. Ou seja, ao mesmo tempo que produz coisas, torna-se humano, constrói a própria subjetividade. Para exemplificar, imagine-se como vendedor em uma loja. Você precisa conhecer o material que está sendo vendido e os procedimentos de atendimento ao público; aprende a se relacionar com os colegas e com a chefia; exige de si mesmo a superação de dificuldades; ao receber o salário, administra seus gastos e percebe a mudança que essa autonomia financeira provoca nas relações com seus familiares. Enfrenta conflitos, quando seu desempenho é avaliado por critérios injustos ou

se ganha menos do que o merecido pelo esforço despendido. Também acumula experiência e sente prazer em fazer com facilidade o que antes lhe parecia um desafio intransponível (KUPSTAS, 1997a, p. 22-23).

Dessa forma, ela destaca uma série de coisas que o trabalho propicia a quem o exerce: ampliação de conhecimento, desenvolvimento da habilidade de se relacionar com outras pessoas, de planejar ações, vencer desafios, de controlar gastos, de defender-se e outras.

Mas nem sempre o trabalho é visto tão positivamente como nos é apresentado pela filósofa Maria Lucia de Arruda Aranha. Isso porque não é em qualquer uma de suas formas nem em todas as situações que o trabalhador se sente edificado ou dignificado quando o exerce.

Embora muita gente não saiba, a própria palavra *trabalho* carrega, em sua origem, uma carga bem negativa.

A palavra trabalhar vem do latim *tripaliare*, que significa *torturar por meio do tripalium*, instrumento formado por três (*tri*) paus (*paliu*), onde eram atados os condenados ou animais difíceis de ferrar. Essa carga negativa da palavra se deveu à adoção do escravismo, pelos romanos, e à consequente oposição entre o *trabalho* (socialmente desvalorizado, pois era exercido pelos escravos) e o *ócio* (socialmente valorizado, pois era privilégio da classe dominante, proprietária de escravos).

Poderemos entender melhor como e por que certos tipos de trabalho são mais ou menos valorizados e causam orgulho ou desprezo se pesquisarmos um pouco mais o seu significado e a sua forma em diferentes períodos da história das sociedades.

Figura 2.7

Tripalium



Verificaremos, então, como ele passou da categoria de *maldição* (para os escravos antigos e servos da gleba medievais) à categoria de *talento*, *doação*, ou *sacrifício voluntário* (para os monges medievais e reformadores protestantes), chegando, por razões diferentes, à sua valorização pela burguesia industrial e pelos socialistas, no século XIX, até o modo como ele é encarado hoje.

Atualmente, trabalhar é considerado pela nossa sociedade não apenas condição para que possamos sobreviver, mas, também, para crescermos, nos sentirmos úteis, dignos, importantes e para que possamos retribuir, com o fruto do nosso labor, o que recebemos de bom com o trabalho de outros que nos antecederam e dos que nos são contemporâneos.

2.3.2 Um pouco de história para esclarecer

Começemos por entender melhor o que é *trabalho*.

Em seu texto denominado *Trabalho*, que compõe um dos verbetes do *Dicionário crítico, trabalho e tecnologia*, organizado por Antonio David Cattani, a socióloga brasileira Elida Rubini Liedke utiliza as seguintes referências para conceituá-lo:

[...] Pressupondo-se exclusivamente o trabalho humano, como na acepção de Marx em *O capital* [...], o trabalho é atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana, individual e social [...] (LIEDKE *apud* CATTANI, 1997, p. 268-269).

Prestemos atenção ao fato de que, como diz a autora, o trabalho é considerado condição para que os seres humanos se desenvolvam e as sociedades humanas continuem a existir.

Figura 2.8

Karl Marx

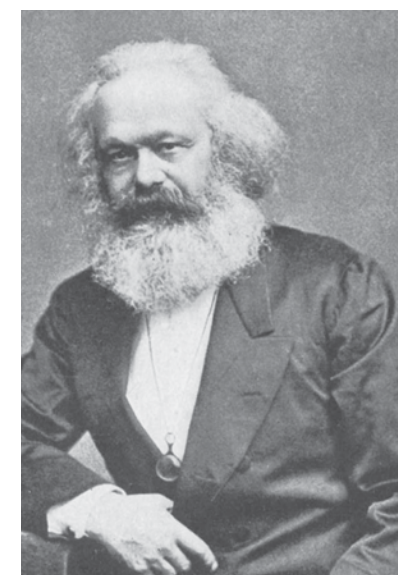
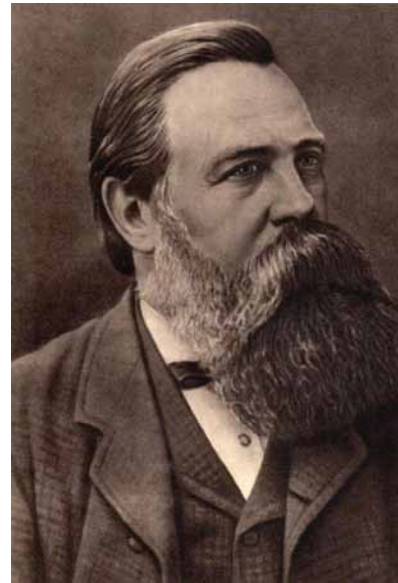


Figura 2.9

Friederich Engels



Teóricos marxistas são os seguidores das teorias econômicas, filosóficas, sociológicas e políticas desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels, sintetizadas na obra *O capital*. Nessa obra, publicada entre 1867 e 1894, eles analisaram o capitalismo, a crise e, finalmente, a queda desse sistema, impulsionada pela luta de classes e pela ação revolucionária do proletariado, seguida da implantação do regime socialista – caracterizado pela socialização dos meios de produção –, o qual seria um estágio preparatório para a implantação do comunismo.

Mas esse é um conceito atual, difundido a partir do século XIX, na época da Segunda Revolução Industrial, por Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895) no livro *O capital*.

Acontece que o trabalho assumiu diferentes formas ao longo da História, de acordo com os modos de produção e, sendo assim, a sua compreensão e entendimento não foram os mesmos em todas as épocas.

Nas comunidades ancestrais e nas poucas que ainda se mantêm preservadas das influências da modernidade, o trabalho sempre foi coletivo e solidário.

Nas sociedades que adotaram os modos de produção escravista, feudal e capitalista, o trabalho se tornou *alienado*, conforme expressão dos **teóricos marxistas**.

Que o trabalho escravo e o trabalho servil não dignificam o trabalhador, isso é muito claro, e com certeza o leitor tem conhecimento do que eles representaram em diferentes fases da história da humanidade.

Deve conhecer, principalmente, como foi a escravidão dos negros africanos no Brasil, durante o Período Colonial e o Império. Também deve se lembrar das várias formas como eles se rebelaram contra sua exploração e de que, só após várias gerações de luta e resistência, conseguiram libertar-se da opressão.

O que algumas pessoas talvez não saibam, ou talvez não se recordem, é que no início da industrialização – segunda metade do século XVIII e primeira do XIX – foi muito grande a resistência dos trabalhadores à transformação do trabalho em mercadoria, à organização da produção em fábricas e à sua transformação em “mão de obra”.

Esse trabalhador havia sido artesão, dono da sua força de trabalho, dos seus instrumentos e do seu tempo e, com a industrialização, passou a ter de se sujeitar a uma nova e incompreensível realidade: às regras impostas nas fábricas, aos movimentos corporais impostos pelas máquinas, ao controle do processo de produção externo a ele, ao ritmo do tempo marcado pelo relógio e não mais pelos ciclos da natureza e pelas necessidades de seu corpo; aos salários estipulados pelos proprietários dos meios de produção etc.

Antes, no trabalho concreto, autônomo, ou seja, aquele executado para si próprio, o trabalhador sabia o que iria produzir, o porquê e como faria para produzi-lo. Com a industrialização, contudo, ele passava a trabalhar para outra pessoa: o capitalista, proprietário dos meios de produção.

A esse tipo de exploração do trabalho Karl Marx chamou de trabalho alienado: ao vender sua força de trabalho, a pessoa perde a possibilidade de projetar no produto as atividades do seu ato criador. É o empresário que o assalaria quem define e organiza o trabalho a ser feito por ele e apropria-se da mercadoria que ele gerou.

Durante a transição do modo feudal para o modo de produção capitalista, a burguesia precisou criar uma ideologia de valorização do trabalho que convencesse o indivíduo a operar nas fábricas e se adaptar às novas condições de produção.

Mas não foi com argumentos que se disciplinou o operário que resistia a esse sistema de produção e sim com a perseguição e prisão para os que se recusavam a trabalhar nos novos moldes, com a imposição de multas aos que transgrediam os severos regulamentos da fábrica e a vigilância contínua de supervisores impiedosos, com um olho nos trabalhadores e outro no cronômetro.

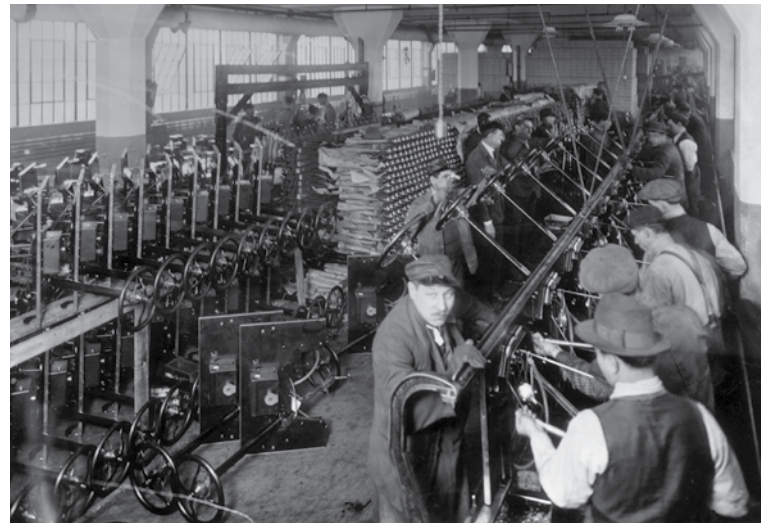
Não trabalhar significaria preguiça, irresponsabilidade, vadiagem. Em meio a esse regime de opressão, foi se criando uma cultura de valorização do emprego. Este passou a ter peso importante na construção da identidade pessoal e social do indivíduo. Como consequência, o desemprego se tornou ameaça não só a sua sobrevivência física como a sua situação psicossocial.

Atualmente, considerando o enfoque do capitalismo, a perspectiva sob a qual os empresários são vistos mudou bastante: empresários são empreendedores que, abrindo seus negócios, instalando suas empresas, fazendo-as crescer, criam oportunidades de emprego e renda para os trabalhadores que contratam e promovem o desenvolvimento da comunidade.

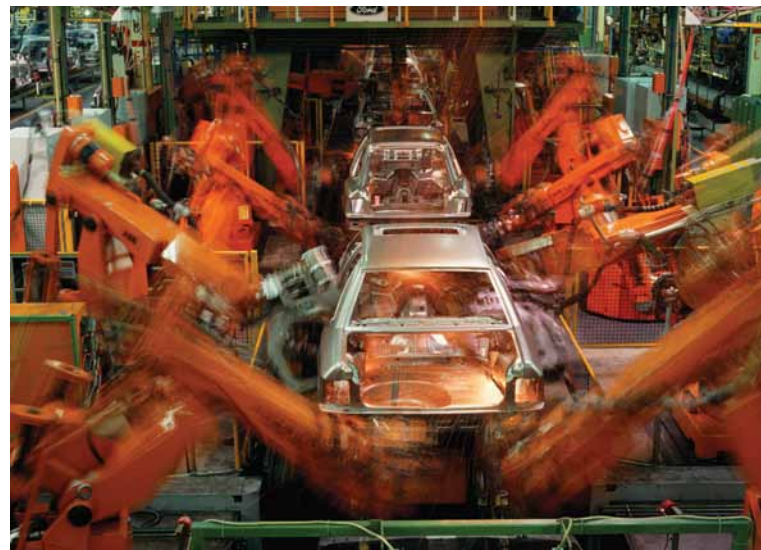
A partir de meados do século XX, a automação, a robótica, a microeletrônica e outras tecnologias provocaram mudanças que interferiram também na constituição da identidade e do perfil do trabalhador. Isso porque se passou a exigir que ele se atualize e se adapte mais rapidamente às mudanças tecnológicas e às exigências do mercado.

O setor de serviços, que se amplia cada vez mais, exige melhor qualificação profissional, enquanto o setor industrial valoriza trabalhadores mais participativos,

Figura 2.10



© HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES



© MAXIMUM STOCK LTD/SCIENCE PHOTO LIBRARY

que tenham a visão de todo o processo produtivo, sejam proativos e capazes de tomar decisões.

Nos dois setores, estimula-se a “intelectualização” do trabalho e, conseqüentemente, a escolaridade, a qualificação profissional e a formação continuada do trabalhador.

Trabalhar é bom. Não poder trabalhar é o grande temor do nosso tempo, até mesmo por conta das crises de desemprego que têm ocorrido nas últimas décadas, em nível internacional.

Daí o empenho das pessoas, atualmente, em se qualificarem profissionalmente e se atualizarem constantemente com novas leituras, novos cursos, novas graduações, ampliando, assim, seu potencial profissional e a sua

competitividade no mercado do trabalho e protegendo-se, dessa forma, das ondas de desemprego.

2.3.3 Ética, cidadania e os deveres do trabalhador

Se nos sentirmos desmotivados e com a autoestima em baixa, porque não somos valorizados e nossos direitos não são respeitados, devemos utilizar os meios e aproveitar as oportunidades para reverter tal situação, reivindicando, defendendo juridicamente nossos direitos, aprimorando-nos ou procurando outras organizações que nos ofereçam melhores condições de trabalho. Até mesmo, se houver oportunidade, abrir o nosso próprio negócio.

Entretanto, o trabalhador cidadão também tem deveres.

O que não podemos é agir de forma descuidada em nossa vida profissional, pois somos responsáveis pelas conseqüências de nossos descuidos, tanto sobre nós mesmos como sobre os outros. Por isso, como trabalhadores, devemos estar sempre nos questionando e nos avaliando sob determinados aspectos, de modo que nos comportemos sempre de acordo com os nossos deveres, orientados pelos princípios da ética profissional e conforme os valores da cidadania organizacional.

Assim, quando nos autoavaliamos, é preciso nos perguntar:

1. Como lidamos com os instrumentos e com os recursos físicos que usamos em nosso trabalho, seja produzindo algo concreto ou prestando serviços?

Somos cuidadosos, parcimoniosos, sensatos e prudentes ao usá-los?

Compreendemos a importância de evitar desperdício, estrago e destruição desses materiais? Temos consciência de que os recursos naturais podem se esgotar e de que economizar nos custos permite a diminuição dos preços e o aumento dos salários?

Sabemos que a qualidade do nosso trabalho depende também do bom estado e do funcionamento dos instrumentos que utilizamos e da qualidade da matéria-prima com que operamos? Passamos, por isso, a ficar atentos aos materiais de que esses instrumentos são feitos e a seu funcionamento, para empregá-los de forma adequada?

2. Qual a atenção que damos à qualidade do que oferecemos aos consumidores, clientes ou usuários?

Sabemos que devemos tratá-los da mesma forma que gostaríamos de ser tratados?

Sabemos que devemos ficar atentos às condições de higiene e de segurança necessárias tanto para a preparação de um produto quanto para a prestação de um serviço?

Seguimos as normas de qualidade na produção?

Considerando o tipo de produto que oferecemos, nós caprichamos na sua durabilidade, conforto, clareza, estética, aroma, som e sabor?

Reparamos as falhas que encontramos ou informamos àqueles que devem fazê-lo, para que o produto ou serviço corresponda ao seu protótipo?

Sugerimos ou indicamos maneiras para melhorar a qualidade do que produzimos?

Observamos se o trabalho realizado por outros, e do qual dependemos para fazer o nosso com qualidade, está sendo desenvolvido com o mesmo cuidado?

3. Como nos comportamos, considerando a importância de nosso trabalho e sua repercussão tanto no ambiente em que ele se desenvolve quanto na vida em sociedade?

Estamos conscientes de que tudo de que dispomos é resultado de trabalho coletivo e, portanto, dos esforços de muitas outras pessoas que aplicaram suas energias, competências, vontade e tempo para oferecer algo à comunidade? Temos consciência de que somos um elo nessa cadeia de energias e intenções que permite a sociabilidade e garante a sobrevivência e continuidade de nossa espécie? Ao nos darmos conta disso, atuamos de forma responsável?

Sabemos que, quando falhamos, podemos causar danos físicos ou morais, prejuízos materiais, desconforto, descontentamento, comprometimento de patrimônio e da imagem de pessoas, categorias profissionais, marcas e organizações?

Figura 2.11



© CIFOTART/SHUTTERSTOCK

© FRONTPAGE/SHUTTERSTOCK

Respeitamos o ambiente, conservando a natureza e evitando a poluição? Exigimos o mesmo comportamento de todos?

Reconhecemos a importância de aprender mais e nos atualizar para melhorar nossa prática profissional e a dos que nos cercam?

4. Qual a nossa disposição para trabalhar em equipe de forma cooperativa, oferecendo e recebendo ajuda, dividindo responsabilidades, respeitando direitos e compartilhando poder e sucesso?

Reconhecemos o valor da contribuição de cada um em nosso grupo?

Expressamos esse reconhecimento elogiando esforços e talentos dos demais, orientando-os e indicando caminhos que os façam melhorar?

Solicitamos sua opinião e colaboração quando precisamos de ajuda?

Divulgamos informações e conhecimentos que possam ajudá-los?

Estimulamos seu desenvolvimento, sua autonomia e seu protagonismo?

Ficamos atentos às condições de segurança e salubridade do ambiente que partilhamos com os outros e também às maneiras de preservar nossa saúde e a dos demais?

Ao tomarmos esses cuidados, exigimos que os outros também o façam, para que toda a comunidade seja respeitada?

Figura 2.12

Operário atuando em situação de risco, embora usando luvas e cinto de segurança.



© HENRYK SADURA/SHUTTERSTOCK

A nossa interação com a realidade, através do trabalho, tem sido a favor da boa qualidade de vida?

2.3.4 A cidadania e o trabalhador em condições adversas

Questões particulares levam várias pessoas a se sentirem realizadas ou insatisfeitas com o trabalho. Nem todas exercem a profissão que gostariam, pois isso depende de muitas variáveis: o contexto histórico, geográfico e familiar em que foram criados e se desenvolveram, as condições físicas e emocionais, a oportunidade de formação, capacitação, qualificação profissional e outras.

Em algumas situações, no entanto, a desmotivação se deve ao contexto e às circunstâncias objetivas e específicas das funções que ocupam e/ou das organizações nas quais trabalham.

As condições nas quais o trabalhador exerce sua função são, em grande parte, responsáveis direta ou indiretamente pelo seu comportamento e desempenho como profissional. Certas pessoas são obrigadas a realizar tarefas em situações de insalubridade e insegurança, em troca de salários irrisórios, sendo desconsideradas em seus direitos de trabalhadores e de cidadãos.

Em muitos lugares, ainda prevalece o que os marxistas consideram *alienação do trabalho*, ou seja, a separação entre sua concepção e execução, sendo que os executores (entenda-se trabalhadores) não sabem o que estão produzindo, o porquê e como fazem para produzi-lo. Por causa disso, não têm a visão global e a compreensão total de seu papel no processo produtivo; portanto, não identificam qual a sua importância nesse processo e como seu produto afeta as pessoas e as comunidades. Enfim, são trabalhadores que não se sentem protagonistas e agentes da História.

Existem também os casos de pessoas que, para sustentarem a si mesmas e à família, precisam se dedicar a vários empregos e trabalharem jornadas além daquelas consideradas máximas pela legislação trabalhista.

Todos esses fatores estão ligados à ética e à cidadania em relação ao tratamento dado ao trabalhador pela sociedade, pelo Estado, pelas organizações e, às vezes, por ele mesmo.

De uma forma geral, podemos identificar que o trabalhador é desrespeitado em seus direitos toda vez que ele:

a) não é esclarecido nem preparado pela organização que o contrata para compreender a importância do fruto do seu trabalho e de como ele pode realizá-lo de modo a torná-lo importante e benéfico para seu próprio desenvolvimento e o de outras pessoas. Por isso, a forma de acolhimento e ambientação do trabalhador recém-contratado e sua preparação para executar suas atividades devem incluir os esclarecimentos que precisam ser dados sobre sua importância na organização e sua responsabilidade em ter um bom desempenho ao realizá-las;

b) tem sua saúde física, mental, moral e emocional e as relações afetivas prejudicadas por atividades excessivas, causadoras de tensão, fora dos padrões estabelecidos pelas normas de segurança e saúde no trabalho;

c) não recebe remuneração justa em relação às atividades que realiza, às responsabilidades assumidas, ao seu desempenho e à qualidade do seu trabalho;

d) não tem seus méritos reconhecidos e as avaliações às quais ele está sujeito são orientadas exclusivamente para chamar-lhe a atenção para seus pontos fracos e nunca para ressaltar os progressos que tem realizado. Os critérios dessa avaliação também não lhe são comunicados e ele não é motivado a se autoavaliar; percebendo, ele próprio, seus pontos fortes e os desafios que deve vencer para melhorar;

e) não vê possibilidade de crescer dentro da organização, pois ela não elabora um planejamento e uma gestão de carreira, não planeja políticas de treinamento e desenvolvimento e, portanto, não investe na formação continuada do trabalhador, oferecendo-lhe cursos que possam contribuir para a oferta de melhores oportunidades de realização profissional.

Enfim, o fato de não se sentir realizado afeta não apenas o trabalhador, mas as suas relações de trabalho, com sua equipe, seu empregador, os clientes, os fornecedores, os concorrentes e, conseqüentemente, a própria imagem da organização onde ele trabalha.

2.3.5 Exigências da cidadania no mundo do trabalho e direitos do trabalhador

Há reciprocidade entre deveres e direitos. A todo direito corresponde um dever e a todo dever um direito.

Hoje, várias empresas reconhecem a necessidade de investir cada vez mais na educação de seus funcionários, algumas delas até criando universidades corporativas. Da mesma forma, outras empresas remuneram seus funcionários pelos títulos acadêmicos, pelo desempenho ou com base nos lucros obtidos.

A cidadania organizacional consiste exatamente na consciência de que a organização tem de cumprir seus deveres em relação aos seus funcionários, aos seus clientes e à comunidade, deveres esses que se referem à qualidade do produto ou serviço que oferecem, à remuneração justa ao trabalho, ao preço justo de venda, à observância aos princípios éticos no que se refere aos concorrentes e ao público e também no que diz respeito ao *marketing* e à propaganda.

Se o trabalhador precisa ser cuidadoso com os materiais que usa para trabalhar, com a qualidade do que produz trabalhando e perceber como é responsável pela repercussão que tem o seu trabalho na vida social, também são deveres de quem o emprega, das políticas públicas, dos meios de comunicação, enfim, de toda a sociedade:

Figura 2.13

Na sociedade moderna, a grande maioria das ocupações exige estudo e formação do trabalhador.



- garantir o respeito à legislação que protege os seus direitos;
- reconhecer e valorizar o seu papel na sociedade, propiciando-lhe salários justos, segurança, saúde e bem-estar no trabalho;
- oferecer-lhe oportunidades e condições de crescer profissionalmente, com políticas de treinamento e desenvolvimento e por meio de capacitações das mais diversas formas;
- ampliar vagas nos cursos profissionalizantes, de qualificação, requalificação e habilitação, nas modalidades presencial e a distância;
- reconhecer os esforços e os resultados obtidos pelo trabalhador, recompensando-o com formas de remuneração em função de seu desempenho; benefícios (plano de saúde, pagamento de educação dos filhos, tíquete alimentação etc.); participação em ações etc.;
- divulgar a importância de sua função e participação no processo produtivo, de modo que seu valor seja reconhecido socialmente.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 3

Sugerimos ao final deste capítulo uma atividade criativa de revisão e síntese que englobe os capítulos anteriores. Por exemplo:

1. Pesquise uma peça de teatro, um filme, um romance, uma novela de TV em que apareçam tópicos dos capítulos. Apresente em plenário os resultados da sua busca. Elejam três colegas para elaborar um relatório-síntese das buscas individuais. Essa síntese poderá ser discutida em outra plenária, com o intuito de mostrar quais foram os tópicos estudados que causaram mais impacto na classe e as razões desse impacto.

Ou então:

2. Em grupos, montem atividades-síntese (jograis, teatro, vídeos etc.) sobre os temas estudados nos dois capítulos.

Para terminarmos as considerações sobre ética, cidadania e responsabilidade social e entrarmos no próximo capítulo, parece-nos bastante exemplar o conteúdo dos versos singelos que compõem a música Vilarejo, que, referindo-se a uma utopia, acabam por nos abrir os olhos para as mudanças de valores e atitudes que precisamos urgentemente assumir, se realmente pretendemos enfrentar os desafios do nosso tempo para a preservação da vida e das sociedades humanas em nosso planeta.

Procure a música Vilarejo na internet e escute-a (por exemplo, a partir do site http://video.sonicomusica.com/video/yt-cbBebKeSN_0/vilarejo-marisa-monte-pedro-baby-carlinhos-brown-e-arnaldo-antunes/).